

Para além da privacidade... a intencionalidade: um olhar sobre as discussões de Abib acerca da subjetividade no comportamentalismo radical*

Beyond privacy... intentionality: a look at Abib's discussions about subjectivity in radical behaviorism

Henrique Mesquita Pompermaier¹

[1] Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) | **Título abreviado:** Da privacidade à intencionalidade | **Endereço para correspondência:** Centro de Pesquisas Professor Aluizio Rosa Prata, 5º andar, Sala 531 - R. Vig. Carlos - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba - MG, 38025-460 | **Email:** henrique.pompermaier@uftm.edu.br | **doi:** org/10.18761.JADA0330007

Resumo: Neste trabalho, busco apresentar e discutir argumentos e problematizações de três textos em que o Prof. J. A. D. Abib explora potencialidades e limites de uma compreensão da subjetividade em uma perspectiva comportamentalista radical. Com especial enfoque na transcrição de uma comunicação proferida na XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, destaco as premissas apresentadas por Abib que poderiam fundamentar uma proposta comportamentalista radical para o problema do conhecimento da subjetividade; bem como exploro e amplifico as discussões sobre como o compromisso com as noções de acesso e privacidade corrompem essa possibilidade. Diante desse quadro, apresento a provocação do autor sobre a potencialidade de revisão crítica da proposta comportamentalista radical com base no encontro com a noção de intencionalidade da consciência, a partir da tradição fenomenológico-existencial. Por fim, transcrevo a proposta de itinerário de pesquisa indicado por Abib para a exploração dessa possibilidade para avançar os limites da proposta comportamentalista radical na consideração da subjetividade.

Palavras-chave: fenômenos subjetivos, eventos privados, Análise do Comportamento

Abstract: In this work I present and discuss arguments and problematizations of three texts in which Prof. J.A.D. Abib examines possibilities and limits of the comprehension of subjectivity from a radical behaviorist perspective. With particular attention to the transcription of a communication on the XVIII. Annual Meeting of the Society of Psychology of Ribeirão Preto, I highlight the premises presented by Abib that could substantiate a radical behaviorist proposal for the problem of knowledge of subjectivity; and I explore and expand discussions on how compromises with the notions of access and privacy corrupt this opportunity. Considering this frame, I present the author's challenges about the potential of a critical reexamination of the radical behaviorist proposal from the encounter with the notion of intentionality of consciousness, from existential-phenomenological tradition. Finally, I transcribe the research plan proposed by Abib to explore this possibility of going beyond the limits of the radical behaviorist proposal when considering subjectivity.

Keywords: subjective phenomena, private events, Behavior Analysis

Foi com grande honra e alegria que recebi o convite para contribuir com este número especial em homenagem ao Professor Abib. Suas reflexões e ideias, bem como sua generosidade e solicitude, foram fundamentais em minha trajetória acadêmica, e inspiram e influenciam até hoje meu trabalho como docente e pesquisador. Ouvindo suas falas em congressos e lendo seus artigos, capítulos e livros, foi se consolidando em mim a compreensão de que o trabalho filosófico é fundamental para a elaboração de uma ciência psicológica. Perguntas sobre “o que é”, “como se estuda”, “quais as implicações e limites” de uma ideia, proposta, conceito, não configuram desvios, mas preparações necessárias para se enfrentar “questões práticas”. Mais que isso, pude ver nesses momentos que essas reflexões poderiam ser feitas com entusiasmo e seriedade, com responsabilidade e afeto.

Buscando compartilhar com mais pessoas essa inspiração e apreço, procuro aqui destacar e discutir, tal como repercutem em mim, algumas análises, argumentos e provocações de três textos do Prof. Abib, que tratam de questões sobre a subjetividade. Particularmente, de um viés comportamentalista radical sobre a subjetividade. Em primeiro plano, tomo a transcrição de uma fala, intitulada “Comportamento, Subjetividade e Sentido” (Abib, 1988), feita na XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, em 1988, publicada nos anais do evento. Complementarmente, articulo considerações apresentadas no capítulo “Skinner, materialista metafísico? – *Never mind, no matter*” (Abib, 1982), publicado em 1982, no livro *Filosofia e Comportamento*, organizado pelo Prof. Bento Prado Júnior; e no livro *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia* (Abib, 1997), publicado em 1997. Esses textos exemplificam, para mim, uma série de qualidades do trabalho de Abib:

- a condução didática e rigorosa na exploração de um tema complexo, a partir do exame de premissas e compromissos filosóficos, bem como da explicitação e exploração de questões implícitas;
- o valor da conversa com *outros*, de “falar com estranhos” – explorar as respostas de outras tradições para auxiliar o exame de um tema em

uma perspectiva comportamentalista (e, em especial, o diálogo com a Psicologia da Gestalt e a Filosofia fenomenológico-existencial);

- a demonstração de que defender uma perspectiva comportamentalista dos fenômenos psicológicos não se resume a dizer simplesmente que “tudo é comportamento” – essa defesa tem implicações complexas e delicadas, que precisam ser seriamente investigadas e desenvolvidas, se quisermos sustentar uma compreensão plausível e interessante.

Como anunciado anteriormente, os textos que proponho considerar aqui tratam de uma dessas implicações, complexas e delicadas, da defesa de uma perspectiva comportamentalista. Talvez uma das mais óbvias para um discurso que intencione ocupar o campo de uma ciência psicológica. Trata-se do “conhecimento dos fenômenos subjetivos” (Abib, 1988, p. 419). Como argumenta Abib (1988), introduzindo sua fala, séculos de discurso filosófico sobre o tema, diversas tentativas de desenvolvimento de abordagem científica: “O que pode ser dito é que o problema da subjetividade permaneceu” (p. 419). Problema que poderia ser enunciado como: É possível um conhecimento científico da subjetividade?

Abib (1988) se propõe a tratar desse “problema” – as possibilidades de conhecimento sobre os fenômenos subjetivos – considerando proposições de dois psicólogos – W. Köhler e B. F. Skinner – e um filósofo – J. P. Sartre. Tendo em conta o foco na perspectiva comportamentalista radical pretendido aqui, darei ênfase às considerações feitas por Abib sobre a proposta skinneriana, condicionando a participação dos outros autores mencionados na medida em que contribuam para o desenvolvimento da discussão da proposta comportamentalista.

Buscando situar o “problema” na perspectiva analisada, podemos destacar uma das premissas indicadas por Abib (1988)¹ a partir dos estudos das propostas de Skinner (e Köhler):

1 Para o desenvolvimento desta apresentação, estou invertendo a ordem das premissas apresentadas no texto de Abib (1988). Considero que essa inversão auxilia na construção da linha argumentativa, e não prejudica ou distorce a argumentação original do autor.

Nos dois discursos há desconfiança com respeito às descrições que as pessoas fazem de suas experiências subjetivas . . . A investigação direta dos fenômenos subjetivos do Eu é um problema quase tão difícil na psicologia da Gestalt e no Behaviorismo radical quanto o foi na psicologia introspectiva. (p. 420)

Mas se esse for o caso, uma pergunta logo nos assombra: é possível uma compreensão comportamentalista radical da subjetividade? Convidando outro texto de Abib para a conversa:

Imagine o leitor uma Psicologia que, do ponto de vista da análise experimental ou mesmo da interpretação, nada tenha a propor sobre o conhecimento da experiência subjetiva. Imagino que esta ciência, por mais rigorosa e sistemática, não deve despertar maior interesse, além, talvez, da mera curiosidade técnica ou intelectual. (Abib, 1982, p. 92)

De fato, não é esse o caso da proposta skinneriana, ainda que tenha sido alvo de críticas nesse sentido, em razão de leituras rasas e descuidadas, ou identificações indevidas (ver Cap. 5 e 6 de Carrara, 2005; Skinner, 1974/1976). O comportamentalismo radical tem, sim, algo a dizer sobre o conhecimento dos fenômenos subjetivos. Não apenas tem algo a dizer, como, para Abib (1982), diz coisas que representam avanços significativos em relação a outras posições da tradição comportamentalista. Nesse sentido, os trabalhos de Abib analisados aqui tratam, então, de explorar as potencialidades e limites do que há a dizer a partir do comportamentalismo radical (ou do que foi dito por Skinner), e suas implicações.

Retomando a premissa indicada, o conhecimento dos fenômenos subjetivos no comportamentalismo radical parte de uma “desconfiança com respeito às descrições que as pessoas fazem de suas experiências subjetivas” (Abib, 1988, p. 420). Um dos principais argumentos para isso, a meu ver, não aparece nos textos de Abib aqui referenciados, mas pode ser acrescido à sua argumentação: a ênfase dada a um suposto “conhecimento especial” do Eu com relação a seus fenômenos subjetivos é signatária das teses implícitas na compreensão intitulada

e criticada por Skinner (e.g., Skinner, 1971, 1981, 1989/1991) como “Eu-iniciador”. Trata-se, em linhas gerais, da crítica à atribuição de causalidade sobre o comportamento a alguma instância psíquica – no caso, o Eu – autônoma e independente. Tal como um Deus-criador dá origem ao mundo, sendo distinto, autônomo e independente em relação ao mundo, também o Eu daria origem aos comportamentos sendo, em grande medida, distinto, autônomo e independente dos comportamentos.

Mas se o caminho para o conhecimento da “subjetividade do Eu” não parte do próprio Eu, qual o caminho? Encontramo-nos com outra premissa indicada por Abib (1988) a partir dos estudos de Skinner (e Köhler): “o conhecimento da subjetividade do Eu (*I*, em Köhler, *Person*, em Skinner) passa pela compreensão da subjetividade do outro” (p. 420). Tratam-se, portanto, de propostas desafiadoras à visão subjetivista tradicional: o *Outro* é o melhor caminho para o *Eu*; ou, ao menos, para o conhecimento dos fenômenos subjetivos do Eu – “Não deveríamos ficar surpresos que quanto mais sabemos sobre o comportamento alheio, melhor compreendemos a nós mesmos” (Skinner, 1974/1976, p. 188).

O autoconhecimento não brota do Eu, mas precisa do Outro para acontecer. Mas como? Como se fundamenta essa proposta para abordagem dos fenômenos subjetivos que não parte do Eu, e sim do Outro? Aparece aqui uma terceira premissa apresentada por Abib (1988): no comportamentalismo skinneriano (e também na *Gestalttheorie* de Köhler), “o discurso sobre a subjetividade passa pelo discurso sobre o comportamento” (p. 419). Ou dito mais diretamente, “A compreensão da subjetividade passa pelo comportamento” (p.420). Premissa que pode ser ilustrada no texto skinneriano pela afirmação de que “para investigar como uma situação afigura-se a uma pessoa, ou como ela a interpreta, ou que significado tem para ela, devemos examinar seu comportamento com respeito à situação incluindo sua descrição dela” (Skinner, 1974/1976, p. 77).

Ponto final. Problema resolvido. A análise do comportamento tem algo a dizer e pode abordar os fenômenos psicológicos. Como? Comportamento!

Obviamente, esse não é o desfecho da questão para Abib. Defender que a “A compreensão da

subjetividade passa pelo comportamento” (Abib, 1988, p. 420) é o ponto de partida para uma série de questões a serem respondidas, na verificação da plausibilidade desta proposta. Acompanhando o autor, de saída precisamos considerar, ao menos, duas perguntas, às quais eu acrescentaria uma terceira: “Primeiro: os fenômenos subjetivos diferem por sua própria natureza dos fenômenos comportamentais? Segundo: Em que sentido o conhecimento da subjetividade do outro remete à compreensão da subjetividade do Eu?” (p. 420). Terceiro: Se “A compreensão da subjetividade [do Outro e do Eu] passa pelo comportamento”, o que é comportamento?

Como Skinner responde a essas questões? Ou ainda, quais as possíveis respostas a partir de uma perspectiva comportamentalista radical? Para Abib (1988), eis o exame a ser desenvolvido.

Sobre a primeira pergunta, as respostas de Skinner (e dos demais analistas do comportamento) é categórica: Não há qualquer distinção em termos de natureza entre fenômenos subjetivos e fenômenos comportamentais, e qualquer outro fenômeno, talvez valha acrescentar – “minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever, embora não seja pública” (Skinner, 1945/1984, p. 552). Nesse sentido, afirma Abib (1988), “A hipótese de trabalho de Skinner reconhece, de modo similar a Köhler, que a natureza dos dois fenômenos [subjetivo e comportamental] não é diferente” (p. 422).

Passemos então à segunda pergunta: Como conhecer a subjetividade do Outro, e, a partir daí, do Eu? A premissa anunciada foi “A compreensão da subjetividade passa pelo comportamento” (p.420). Mas como o conhecimento sobre o comportamento possibilita a compreensão da subjetividade? Ao tentar responder a essa pergunta, o texto skinneriano e, por consequência, a tradição analítico-comportamental, parecem tropeçar nas pedras lançadas por outras tradições de pensamento.

Buscando sustentar as críticas a construtos ou modelos teóricos que remetessem a metáforas redundantes ou instâncias metafísicas, junto à defesa de premissas experimentalistas, a proposta skinneriana acabaria, em muitos momentos, comprometendo-se com a tradição, e os problemas, de

uma filosofia indutivista ingênua da ciência² e do descritivismo científico³ (Abib, 1997). Dentre esses problemas, ganha destaque aqui a questão da acessibilidade ao objeto de estudo. Para essa tradição, conhecer implica na “possibilidade de traduzir enunciados teóricos em enunciados empíricos” (Abib, 1997, p.75) e em verificar esses enunciados por meio de observação direta. Abib (1997) chama atenção para o fato de que a noção de observação compreendida por esta posição “implica na correspondência precisa, ponto a ponto, entre o objeto e a imagem retino-cortical que se forma no sistema nervoso” (Abib, 1997, p.117). Trata-se de uma compreensão realista, para a qual a observação designa um acesso ao mundo real, das coisas em si. Da possibilidade de acessar essas coisas em si, com maior ou menor acurácia, decorreria a possibilidade de conhecê-las e descrevê-las com maior ou menor precisão. Como aponta Abib (1988):

A palavra “acesso” introduz ambiguidades que obrigam, de imediato, a colocação de três questões relacionadas: a) esse acesso é direto ou indireto; b) os fenômenos acessados (fenômenos subjetivos – “acontecimentos, disposições e estados”) são públicos ou privados?; c) são de mesma natureza ou de natureza distinta ao comportamento? (p. 421)

Nesse movimento, o texto skinneriano, acompanhado pelo de muitos analistas do comportamento, acaba mudando de rota, ou melhor, de questões. E talvez mais do que apenas “introduzir ambiguidades”, as ideias implicadas no termo “acesso” alteram significativamente o foco da in-

2 “A teoria operante . . . é uma teoria científica no sentido da filosofia indutivista ingênua da ciência, porque seus termos e enunciados observacionais fornecem os fundamentos para a formulação de enunciados universais. Skinner observa determinada relação entre o ambiente e o comportamento, uma ou mais vezes, sob várias condições, e infere uma relação universal” (Abib, 1997, p.122).

3 De acordo com Pessoa Jr. (2019), descritivismo científico pode ser definido como “uma forma de fenomenalismo empirista que busca traduzir ou reduzir os enunciados teóricos de uma teoria em termos dos enunciados de observação. . . . o descritivismo aceita que um enunciado teórico seja considerado verdadeiro ou falso, na medida em que for tradutível em enunciados de observação verdadeiros” (p. 28).

investigação que se anunciava. As segunda e terceira questões do itinerário inicial (“Em que sentido o conhecimento da subjetividade do outro remete à compreensão da subjetividade do Eu?” [p. 420]; Se “A compreensão da subjetividade [do Outro e do Eu] passam pelo comportamento”, o que é comportamento?), que se mostravam como caminho para o desenvolvimento de uma abordagem alternativa dos fenômenos subjetivos, são eclipsadas.

O “conhecimento dos fenômenos subjetivos” em uma perspectiva skinneriana passa então a corresponder, em grande medida, a uma “teoria dos eventos privados”. De forma recorrente, ao tratar desse tema, Skinner e skinnerianos retomam as “quatro estratégias da comunidade verbal” (apresentadas originalmente em Skinner, 1945/1984) para o ensino da discriminação e descrição de eventos privados. Tais estratégias poderiam ser o contexto para explorar as questões da participação do Outro na subjetividade (ou no conhecimento da subjetividade) do Eu. Contudo, acabam efetivamente por reforçar o foco na questão da acessibilidade, e na conversão ou redução das considerações sobre os fenômenos subjetivos às considerações sobre eventos sob a pele. Como consequência, o desenvolvimento dessa teoria acaba por operar uma série de clivagens no campo comportamental (e.g., nas noções de ambiente – interno e externo; estímulo – público e privado; resposta – aberta e encoberta), mantendo vivas no comportamentalismo radical as problemáticas das dicotomias psicológicas clássicas (cf. Tourinho, 2009).

Se a premissa anteriormente preconizava que “A compreensão da subjetividade passa pelo comportamento” (Abib, 1988, p.420), à sombra da teoria de eventos privados, podemos dizer que ela passa, mas não fica. O comportamento atua como via de acesso. Mas uma via de acesso indireto – as ações (ou “respostas abertas”) são tratadas como “correlatos públicos”. E mais que isso – uma via de acesso limitado. Isso porque mesmo quando há correlatos públicos, nunca se tem segurança sobre a exatidão dessa correlação: “as condições geradas dentro do corpo do ouvinte permanecem privadas para sempre” (Skinner, 1974/1976, p. 246). Ou de modo mais detido:

Nenhuma das condições que examinamos permite alcançar a precisão de referência que se alcança, no caso de estímulos públicos, por uma

contingência precisa de reforçamento. Em (1) e (2), a associação de eventos públicos e privados pode ser errônea; os estímulos abrangidos pelo (3) são de alcance limitado; e a natureza metafórica daqueles em (4) envolve uma falta de precisão. É, portanto, impossível estabelecer um vocabulário científico rigoroso para uso público, e nem pode o falante claramente “conhecer-se a si mesmo”, no sentido em que conhecer é identificado com comportar-se discriminativamente. (Skinner, 1945/1984, pp. 549-550)

Tomemos um exemplo, apresentado por Abib (1982): “Um pai pode ensinar uma criança a dizer ‘estou faminto’ não porque o pai esteja sentindo o que a criança sente, mas porque pode observar como ela come vorazmente” (p. 99).

A partir da teoria de eventos privados, as ações da criança são tomadas como “correlatos públicos” de algum, ou alguns “eventos privados”. Assim, a ação do pai de ensinar o filho a dizer em situações semelhantes que está faminto se daria primordialmente pela inferência do pai, com base em suas experiências, de que estão ocorrendo na criança, sob a pele, um conjunto de eventos. Ainda que a relação do pai com o filho seja possível apenas pelas ações da criança em um contexto, que o pai observa, a ênfase se concentra nos eventos privados. No limite, a “fome”, como fenômeno subjetivo, se não resumida a, vai ser fundamentalmente identificada ou caracterizada por, esses eventos privados. As ações perdem a centralidade na consideração do fenômeno subjetivo, sendo tratadas como eventos correlatos (“colaterais públicos”).

O quadro encaminha para uma inversão das premissas anunciadas inicialmente. A desconfiança com relação ao discurso do Eu, e aposta em um novo caminho – o Outro – parece sucumbir. O Outro não tem acesso aos eventos privados do Eu. Só os conhece – *acessa* – de modo indireto e limitado. Por outro lado, o Eu tem acesso direto aos seus eventos privados. Logo, o Eu volta a estar em posição privilegiada – “Cada pessoa está em contato especial com uma pequena parte do universo fechada no interior de sua pele” (Skinner, 1963, p. 952).

Nesse caso, ou retomamos algum compromisso com o Eu-iniciador, ou chegamos a um beco sem saída: apenas o Eu tem acesso direto aos eventos

que caracterizariam os fenômenos subjetivos – os eventos privados. Mas, para conhecê-los, ou mesmo, para que o Eu possa modular sua ação a partir deles, depende que o Outro, a quem o acesso é indireto e limitado, o ensine a discriminá-los e descreve-los. Como explica Abib (1982), “É a comunidade [os Outros] que nos ensina a relatar o que se passa sob a pele e o ato de sentir é inacessível a esta comunidade” (p. 100). Nessa direção, parece inevitável que, tal como Skinner, cheguemos à conclusão de que “não existe uma aceitável ciência do sentimento”. (Skinner, 1989/1991, p.15).

Seguindo os textos de Abib considerados neste trabalho, encontramos com esse impasse enunciado nos seguintes termos: por um lado, a posição skinneriana apresenta possibilidades mais interessantes que a “posição epifenomênica clássica que considera a experiência subjetiva constituída de sutil ‘matéria’ mental” e que o “monismo fiscalista do behaviorismo metodológico que exclui do campo da Psicologia a interpretação dos eventos privados” (Abib, 1982, pp. 100-101). Por outro, contudo, essa mesma posição apresenta limites importantes: o “ato de sentir” ou a “experiência subjetiva” estaria “para sempre privada” e, por isso, praticamente fora das considerações de uma ciência do comportamento, com possibilidades “apenas heurísticas ou hermenêuticas” (p. 109) – “Embora ele [Skinner] não negue que o ato de sentir produz efeitos físicos, estes efeitos são de menor importância. O que ele nega efetivamente é que a experiência subjetiva determine de forma importante o comportamento operante” (p.99).

Se Abib (1982) se perguntava sobre “um certo sabor de desilusão” diante do fato de que “o ato de sentir, o que há de mais intuitivamente psicológico não pode ser alcançado pela ciência do comportamento?” (Abib 1982, p. 109), o que diria diante da afirmação de Skinner (1989/1991), de que tanto a coisa sentida o quanto ato de sentir devem ser confiados a outra ciência que não a ciência do comportamento? – “No caso do sentimento, *tanto as condições sentidas quanto o que é feito ao senti-las deve ser confiado ao fisiologista*” (p. 24, destaque acrescido)?

O exame sobre a plausibilidade da teoria skinneriana sobre a subjetividade indica limites importantes (Abib, 1988), e “um certo sabor de desilu-

ção” (Abib, 1982). Ao que Abib (1988) pondera, inspirando-se em Karl Popper – “ter limites” é algo esperado ou mesmo “salutar” para uma teoria. Não se trata, portanto, de buscar uma teoria sem limites, mas do que fazer diante desses limites. Eles podem ser “salutares” à teoria, “desde que funcionem como fatores de evolução das próprias teorias” (Abib, 1988, p. 423).

Parece-me ser imbuído desse espírito, de tornar esse limite um fator de evolução, que Abib (1988) questiona: “a instalação destes limites não será justamente consequência da insuficiência de compreensão e visibilidade dos fenômenos subjetivos produzida por estas teorias, no interior dos próprios limites de onde discursam acerca da subjetividade?” (p. 423). E diante dessa questão, caminha para além das fronteiras da própria teoria skinneriana para chamar ao diálogo, para ouvir o que tem a dizer sobre o problema, um estranho, um estrangeiro. Abib introduz breve, mas cirurgicamente, algumas considerações de J. P. Sartre sobre “a investigação dos estados subjetivos”. Mais especificamente, Abib articula à discussão desenvolvida “o poder do conceito de ‘intencionalidade da consciência’”, considerando-o como o “itinerário privilegiado por Sartre no estudo da subjetividade” (p. 424).

Para Abib (1988), a novidade trazida pelo caminho proposto por Sartre é a possibilidade de desviar das armadilhas da “dicotomia público-privado, exterior-interior”, das quais Skinner (e Köhler) acaba se tornando presa. Isso é possível porque para Sartre, e a tradição fenomenológico-existencial por ele aqui representada, a consciência – ou, para mantermo-nos no uso dos mesmos termos, a subjetividade – não está apartada do mundo, num refúgio interno, em algum lugar sob a pele. A consciência é justamente movimento, lançamento, explosão incessante ao mundo. Em poucas palavras: “A consciência não tem interior” (p. 425). Do que podemos extrapolar, para os termos da discussão elaborada antes: em termos de subjetividade ou fenômenos subjetivos, o Outro não tem interior; o Eu não tem interior. Estão todos, Eus e Outros, no mundo, lançando-se às coisas e aos outros, de diversas formas. Mas essas formas são diretas, estão no mesmo plano que as coisas. Nesse sentido, Abib (1988) salienta que para Sartre

os fenômenos subjetivos nos são revelados não só imediatamente como também são dotados de uma irreducibilidade que constitui sua própria natureza. Não há necessidade de métodos indiretos . . . Não há, portanto, sentido em perguntar se os fenômenos subjetivos são de natureza diferente dos fenômenos comportamentais. (p. 425)

Em suma, para Abib (1988), as diferenças em termos das possibilidades dos discursos de Sartre e Skinner (e Köhler) se concentram no fato de que em Sartre o ser humano permanece indivisível, inteiro no mundo. O discurso de Sartre sobre o tema não recai nas dicotomias psicológicas clássicas, como acaba acontecendo com Skinner (e Köhler):

se Skinner tornou o problema do acesso aos fenômenos subjetivos independente da questão da natureza dos dois fenômenos, . . . Sartre esvaziou a própria questão do acesso. Skinner ainda se vê às voltas com este problema porque não escapa à dicotomia público-privado, exterior-interior. Mas, se “a consciência é o exterior dela própria”⁴, então não cabe perguntar nem pela natureza dos dois fenômenos, nem pelo tipo de acesso privilegiado. A subjetividade é exterioridade, o acesso é direto e ponto final. (Abib, 1988, p. 425)

A meu ver, as análises de Abib (1988) nos levam a encontrar, na conversa com um estranho, possibilidades para avançar, alargar, ou mesmo extrapolar os limites que havíamos encontrado. Avançar os limites, retomando as premissas originais, radicais, que davam sustentação à proposta inicial e que foram se erodindo frente às ondas do cientificismo e do subjetivismo: a) a desconfiança crítica em relação à primazia do Eu; b) o reconhecimento do Outro (e da alteridade, ousa acrescentar), na constituição e conhecimento da subjetividade; e c) a defesa de que a compreensão da subjetividade passa pela compreensão do comportamento. Contudo, alerta Abib (1988), a exploração dessas possibilidades, apontadas a partir de Sartre, depende de que se

compreenda e de que “se aceite a intencionalidade da consciência ou do comportamento” (p. 425).

Na sequência, Abib (1988) generosamente apresenta uma proposta de itinerário de pesquisa. Como seguir a partir desse ponto? Como explorar as potencialidades das provocações que ele tira de Sartre em relação às propostas de Skinner (e Köhler)? Como fazer com que estes limites encontrados atuem dentro do receituário popperiano, e “funcionem como fatores de evolução das próprias teorias” (p. 423)? Abib propõe um caminho para elaboração e sustentação dos avanços desses limites. Transcrevo-o aqui, considerando sua proficiência, bem como a dificuldade de acesso ao texto original:

1. Exame crítico da teoria estruturalista da percepção do outro pelo Eu e da teoria do reconhecimento perceptual pelo Eu daquilo que é atribuído pelo outro, no discurso de Köhler. O mesmo tipo de exame da teoria do controle do comportamento do outro pelo Eu e da teoria da aprendizagem daquilo que o outro ensina ao Eu, no discurso de Skinner.

2. O que a teoria da percepção, na psicologia da Gestalt, e a teoria da aprendizagem, no Behaviorismo radical, têm a dizer sobre a intencionalidade do comportamento?

3. Quais os desenvolvimentos posteriores na fenomenologia europeia do conceito de intencionalidade, especialmente na obra de Merleau-Ponty?

4. Retomar o clássico debate realizado por Merleau-Ponty em seu livro ‘A estrutura do Comportamento’ acerca da fenomenologia, Gestalt e Behaviorismo, mas agora utilizando Skinner como interlocutor do Behaviorismo. (Abib, 1988, pp. 425-426)

Após comentários sobre os problemas dos diálogos efetivamente realizados entre comportamentalismo e fenomenologia, ora tomando Watson como interlocutor do comportamentalismo, ora tomando a tradição estadunidense de fenomenologia, Abib (1988) conclui:

4 “A consciência não tem ‘interior’, é simplesmente o exterior dela própria” (Sartre, 1968, p. 29).

Pode ser importante retomar este debate recorrendo ao discurso de Skinner, porque sua teoria das contingências de reforço acerca do comportamento não invoca um modelo estímulo-resposta, como o faz a de Watson. Skinner pretende que sua teoria, ao observar o modelo darwinista explicativo na ciência, possa dar conta do conceito de intencionalidade do comportamento. Será isto verdadeiro? (p. 426)

O item 4 do itinerário proposto por Abib (1988) passou a receber alguma atenção da comunidade acadêmica de Análise do Comportamento no Brasil nos últimos cinco anos (Paulino, 2017; Paulino, Marcon & Furlan, 2018; Pompermaier, 2017; Pompermaier, 2018; Queiroz, Lazzeri & Lopes, 2022). Cabe perguntar, junto a Abib, se as discussões dele derivadas serão capazes não apenas de responder se o modelo explicativo do comportamentalismo radical pode “dar conta do conceito de intencionalidade do comportamento”, mas também se, nesse movimento, serão capazes de auxiliar essa tradição na superação de seus vínculos (e vícios) com as dicotomias público-privado, exterior-interior. Que a generosidade, rigor e sapiência do Prof. Abib nos inspirem e acompanhem nesse caminho!

Referências

- Abib, J. A. D. (1982) Skinner, materialista metafísico? Never mind, no matter. In B. Prado Junior (Org.), *Filosofia e comportamento*. Brasiliense.
- Abib, J. A. D. (1988). Comportamento, subjetividade e sentido. In *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto* (pp. 419-427). Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade a psicologia*. Editora da UFSCar.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. Editora UNESP.
- Paulino, L. R. P. (2017). Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-22032017-115047/pt-br.php>
- Paulino, L. R. P., Marcon, G. H. & Furlan, R. (2018). Behaviorismo e fenomenologia: direcionamentos para um diálogo entre Skinner e Merleau-Ponty. *Memorandum*, 34, 33-59. Recuperado em 25 de setembro, de 2022 seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/11468
- Pessoa Jr., O. (2019). *Variantes do Antirrealismo. Questão: Por que há tantas posições contrárias ao realismo?* [Documento em PDF]. Recuperado em 25 de setembro, de 2022: <https://opessoa.fflch.usp.br/sites/opessoa.fflch.usp.br/files/FiFi-19-Cap04.pdf>
- Pompermaier, H. M. (2017). Sobre o conceito de comportamento em Skinner e em Merleau-Ponty. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9403>
- Pompermaier, H. M. (2018). Críticas de Skinner e Merleau-Ponty à causalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 111-123. DOI: 10.9788/TP2018.1-05Pt
- Queiroz, G. C., Lazzeri, F., & Lopes, C. E. (2022). Merleau-Ponty, Enativismo e Skinner sobre o caráter dialético do comportamento: um breve paralelo. *Revista Ideação*, 1(45), 248-266. <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i45.7517>

- Sartre, J. P. (1968). Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. In J. P. Sartre, *Situações I*. (R. M. Gomes Trad.). Europa-América, 28-31.
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science*, New Series, 140(3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971) *Beyond freedom and dignity*. Knopf.
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. Vintage Books. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4587), 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1984). The operational analysis of psychological terms. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 547-581 (Trabalho original publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise do comportamento*. (A. L. Neri Trad.) Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).

Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022